

Publication status: Not informed by the submitting author

# ANTI-ABORTION CAMPAIGNS ON SOCIAL MEDIA: DISCOURSES AND POLITICAL ACTORS

Giovanna Gabriela Moreira de Oliveira, Lara Roberta Rodrigues Facioli

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.10048>

Submitted on: 2024-09-21

Posted on: 2024-09-24 (version 1)

(YYYY-MM-DD)

## **CAMPANHAS ANTIABORTO NAS REDES SOCIAIS: DISCURSOS E ATORES POLÍTICOS**

**AUTOR/A 1,** Lara Roberta Rodrigues Facioli.

**ORCID:** <https://orcid.org/0000-0003-4054-9631>.

< [larafacioli@gmail.com](mailto:larafacioli@gmail.com) >

**Professora do Programa de Pós-graduação de Sociologia na Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná (PR), Brasil.**

**AUTOR/A 2,** Giovanna Gabriela Moreira de Oliveira.

**ORCID:** <https://orcid.org/0009-0002-6208-621X>

< [giovannagmoliveira@gmail.com](mailto:giovannagmoliveira@gmail.com) >

**Mestranda em Sociologia na Universidade Federal do Paraná. Curitiba, Paraná (PR), Brasil.**

**RESUMO:** Este artigo investiga como as campanhas antiaborto promovidas por grupos conservadores nas redes sociais brasileiras se alinham ao discurso conservador nas atividades legislativas, com um foco específico na ADPF 442 e PL 1904/24. A pesquisa analisa um grupo de Facebook, que ganhou destaque com a hashtag #BrasilSemAborto durante a discussão da ADPF 442 no STF, em 2017 e subsequentemente direcionou suas atividades para a PL 1904/24. Além disso, são analisadas as estratégias de postagens e propagandas desses grupos, identificando os principais atores envolvidos. Este mapeamento visa esclarecer quem são os participantes ativos e como eles contribuem para a agenda antiaborto no contexto brasileiro. Finalmente, a pesquisa busca entender como essas interações nas redes sociais se alinham com os discursos das frentes parlamentares, elucidando a relação entre as redes sociais, seus atores e as iniciativas legislativas.

**Palavras-chave:** aborto, redes sociais, análise do discurso; parlamentares; brasil sem aborto.

## **ANTI-ABORTION CAMPAIGNS ON SOCIAL MEDIA: DISCOURSES AND POLITICAL ACTORS**

**ABSTRACT:** This article investigates how anti-abortion campaigns promoted by conservative groups on Brazilian social media align with conservative discourse in legislative activities, with a specific focus on ADPF 442 and PL 1904/24. The research analyzes a Facebook group that gained prominence with the hashtag #BrasilSemAborto during the ADPF 442 discussion in the Supreme Federal Court in 2017 and subsequently redirected its efforts towards PL 1904/24. Additionally, the study examines the posting and advertising strategies of these groups, identifying the key actors involved. This mapping aims to clarify who the active participants are and how they contribute to the anti-abortion agenda in the Brazilian context. Finally, the research seeks to understand how these interactions on social media align with the discourse of parliamentary fronts, elucidating the relationship between social media, its actors, and legislative initiatives.

**Keywords:** abortion, social media, discourses analysis, legislators, brazil without abortion.

## **INTRODUÇÃO - O DISCURSO CONSERVADOR NAS REDES SOCIAIS: ANALISANDO O GRUPO ANTIABORTO DO FACEBOOK**

Este trabalho é resultado de uma pesquisa de mestrado em andamento<sup>1</sup>, cujo objetivo principal é mapear e compreender se e como as dinâmicas nas redes sociais interferem ou apresentam alguma relação com o espaço do legislativo brasileiro, no tocante ao debate sobre a (des)criminalização do aborto em nosso país. O intuito do trabalho, ainda inicial, é entender quais são os atores políticos que compõem o cenário do campo conservador a respeito do aborto no Brasil, quais discursos propagados por esses atores, páginas e grupos; quais são as estratégias de atuação e de congregação de audiência e, por fim, de que forma se constrói uma circulação no cenário político de figuras que transitam entre as fronteiras das redes sociais e os espaços do parlamento da política institucional.

Para este texto, mobilizaremos um pequeno grupo de dados empíricos que compõem a pesquisa mais ampla e nos centraremos na análise de um grupo de Facebook<sup>2</sup>, cujo objetivo é divulgar

---

<sup>1</sup> Os dados aqui apresentados são referentes aos seis meses de pesquisa do mestrado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), desenvolvida pela estudante Giovanna Gabriela Moreira de Oliveira, sob orientação da professora Lara Facioli e com financiamento da CAPES.

<sup>2</sup> Com vistas a proteger a identidade das pessoas que integram o grupo, decidimos por não expor o nome dele, nem mesmo o nome de nenhum dos atores envolvidos com as publicações, compartilhamentos e curtidas desta rede.

material em formato de vídeos e textos que promovem um ataque à discussão pública acerca da tentativa de descriminalizar o aborto em território nacional. Após a apresentação do campo e dos procedimentos metodológicos da pesquisa, abordaremos algumas das estratégias discursivas mobilizadas no grupo, para abordar a temática do aborto, bem como apontaremos um dos atores que compõem este cenário e sua circulação pelos espaços legislativos brasileiros.

A discussão apresentada fundamenta-se na ideia de que, nas últimas décadas, houve uma midiaticização do cenário político brasileiro, onde figuras midiáticas e políticas não estão separadas na esfera pública. As redes sociais influenciam diretamente as decisões de grupos políticos organizados com assentos parlamentares, promovendo um fluxo contínuo de atores e discursos. Este contexto é evidente em todo o cenário político, mas aqui nos concentramos nos grupos conservadores contrários ao aborto.

Em vez de apenas considerar a relação entre mídias digitais e política, podemos entender isso como um processo comunicativo, conforme sugerido por Nick Couldry e Andreas Hepp (2020). Para os autores, o social é moldado em uma era de midiaticização profunda, onde práticas de comunicação se desenvolvem a partir de longos processos de institucionalização. Assim, nossas formas de comunicação e política dependem cada vez mais de mediações tecnológicas e institucionais. Couldry e Hepp afirmam que a midiaticização é uma variedade de maneiras pelas quais as mídias transformam e estabilizam as ordens sociais através de ciclos de feedback contínuos (2020, p. 14).

A discussão sobre a inviabilidade de uma realidade não mediada é relevante ao observarmos as relações entre a política nacional e internacional e as dinâmicas das mídias digitais. Isso inclui as estratégias de engajamento das figuras políticas em busca de curtidas, o uso de um vocabulário midiático nas relações institucionais e a atuação de influenciadores nas decisões parlamentares.

Segundo Thompson (2018), o surgimento de novas formas de interação e visibilidade reconfigura o campo político, criando oportunidades para que líderes e cidadãos participem da vida política, mas também impondo obrigações e riscos. A visibilidade dos líderes políticos exige que eles desenvolvam habilidades digitais para manter sua liderança, enquanto a internet transforma o cidadão comum em um potencial registrador e divulgador de informações. A banalização e a democratização da transmissão resultam em uma vida social e política repleta de conteúdo simbólico digitalizado, que ultrapassa a capacidade de controle de qualquer indivíduo ou organização. Isso torna mais complexa a dinâmica de poder relacionada à gravação e transmissão de conteúdos, transformando cada espectador em uma testemunha com meios para fornecer evidências audiovisuais.

Nesta pesquisa, embora não possamos aprofundar os detalhes, destacamos que o cenário dos discursos antiaborto no Brasil é marcado por uma dinâmica complexa de atores que circulam entre diversas redes conservadoras. Os fluxos de informações e influências transitam das redes sociais para os espaços parlamentares, moldando o debate na esfera pública. Por conta disso, focaremos em dois atores políticos: *O Padre e O Parlamentar*<sup>3</sup>.

Também compreendemos que existe uma nova configuração do que chamamos de esfera pública, com o advento e consolidação das ferramentas digitais de comunicação e compartilhamento de informações. Termos como esfera pública tecno-midiatizada (Miskolci, 2021), esfera pública automatizada (Pasquale, 2017), capitalismo comunicativo (Dean, 20014) evidenciam uma necessidade de pensar a especificidade de refletir sobre a esfera pública em um cenário mediado. Ao definir a esfera pública atual como técnico-midiatizada.

Miskolci argumenta que há uma materialização da confluência entre a moldagem da política pelas novas tecnologias e um processo de midiatização e mercantilização. Esse cenário promove leituras individualistas e morais de problemas coletivos, gerando empreendedores morais na direita. A nova esfera pública se caracteriza pela recusa a mediadores sociais, como discursos científicos, jornalismo profissional e a estrutura da justiça, aspectos que são relevantes para nossa pesquisa.

Neste texto, nos concentraremos em um dos diversos grupos constituídos no *Facebook*, cujo objetivo é o compartilhamento de material visual, de vídeos, textos e imagens, dedicado a construir uma campanha antiaborto na rede. Chamaremos este grupo de *O Grupo*<sup>4</sup>. *O Grupo* foi descoberto por uma das autoras durante a elaboração de sua monografia em Direito, em 2023, intitulada “Acesso ao Aborto Legal em Decorrencia de Estupro Contra Criança: Uma Ótica Sob a Decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina”. Nesse contexto, foram analisadas mobilizações que violavam os direitos sexuais e reprodutivos, destacando a oposição de fundamentalistas e parlamentares evangélicos ao aborto legal de uma criança de 10 anos vítima de estupro, ocorrida em frente a um hospital em Recife.

---

<sup>3</sup> Os nomes dos atores não foram divulgados em conformidade com a proteção geral prevista pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), mesmo todos sendo figuras públicas.

<sup>4</sup> Optamos por não divulgar o nome do grupo estudado para preservar a integridade e a privacidade dos seus membros.

Ao investigar essas manifestações coletivas foi encontrada matéria elaborada pela agência de investigação jornalística "Agência Pública", composta por jornalistas especializadas em violência de gênero e com ampla repercussão na mídia, como UOL e Folha de São Paulo. A matéria "Políticos pagam campanha antiaborto no Facebook e Instagram às vésperas de decisão no STF", relatava a intensificação das campanhas antiaborto nas redes sociais, especialmente em setembro de 2023, antes do julgamento da ADPF 442 pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Entre os principais investidores em anúncios contra a descriminalização do aborto estavam deputados federais do partido liberal (PL) e grupos como o "Brasil Paralelo". A hashtag "Brasil Sem Aborto" ganhou grande notoriedade nesse período, pois "políticos e veículos de mídia conservadores estavam impulsionando campanhas antiaborto às vésperas do STF julgar a descriminalização da interrupção da gravidez". Em meio às buscas relacionadas a hashtag, saltou aos olhos *O Grupo*, espaço aberto, composto por cerca de 5 mil membros e dedicado especialmente a compartilhar material antiaborto na rede.

Embora *O Grupo* seja pequeno em termos de seguidores e interações, ele comporta um conteúdo que circula em outras redes e espaços, aspecto que pode ser observado acompanhando a hashtag #brasilemaborto no *Facebook* e *Instagram*<sup>5</sup>. Neste sentido, trata-se de um espaço exemplar acerca dos discursos produzidos, de fácil acesso para a construção da pesquisa e cujo material pode ser acessado sem a mobilização de softwares e ferramentas e coletas de dados na rede.

*O grupo* é ativo e, até 23 de agosto de 2024, publicava ao menos uma postagem diária sobre aborto ou discursos religiosos. De acordo com a descrição na plataforma, seu objetivo principal é combater as práticas de aborto no Brasil e informar sobre o tema, especialmente em resposta à legalização do aborto em países vizinhos, como a Argentina.

A adesão ao *grupo* é pública e aberta a qualquer interessado, garantindo ampla visibilidade e acessibilidade. No entanto, o *grupo* impõe regras que exigem que todos os membros sejam "cristãos católicos autênticos" e se "posicionem contra o aborto em todas as suas formas", incluindo aqueles permitidos pela legislação brasileira. As postagens são restritas ao tema central, a campanha antiaborto, e qualquer desvio resulta na "remoção e bloqueio" dos infratores.

---

<sup>5</sup> A rede social *Twitter* também proporcionava grandes interações com a hashtag. No entanto, devido ao seu banimento em território brasileiro até a data desta pesquisa, optamos por não utilizar dados inacessíveis, garantindo assim a transparência metodológica.

A metodologia da pesquisa para este trabalho foi estruturada em duas etapas inter-relacionadas. Na primeira etapa utilizamos a técnica de "lurking" que consiste em abordagem de observação não participativa. Essa técnica envolve o monitoramento discreto das postagens e interações d 'O Grupo no *Facebook*. De acordo com Fragoso, Recuero e Amaral (2011), o lurking permite uma observação detalhada das interações e dinâmicas de grupos online, possibilitando a coleta de dados que refletem com precisão o comportamento e as práticas dos participantes sem intervir diretamente.

A segunda etapa do estudo utilizou a análise de discurso com base na perspectiva de Foucault (1969)<sup>6</sup>. Foucault introduz o conceito de unidades de discurso, que são fragmentos significativos dentro de um sistema discursivo. Essas unidades incluem: 1. Enunciados, que são as ações de fala que transmitem um conteúdo específico; 2. Temas, os assuntos centrais discutidos; 3. Papel Social, o papel dos participantes no discurso; e 4. Regras de Formação, as normas que regem a estrutura e o conteúdo do discurso.

Para aplicar essa teoria na prática, foi criada uma tabela no Excel que organiza e analisa as postagens d'o grupo no *Facebook*. A partir dessas postagens, foram identificados dois principais atores e analisadas três sustentações orais no Senado Federal e na Câmara dos Deputados desses atores. A tabela inclui células para selecionar elementos-chave, como data da postagem, aspectos visuais das imagens, tipo de engajamento, instituições mobilizadas ou atacadas, e regimes de verdade utilizados, como normas morais e figuras religiosas. Cada célula facilita a análise do discurso, ajudando a identificar e entender seus componentes e ramificações.

A análise das postagens concentrou-se no período entre o julgamento da ADPF 442, realizado de 22 a 29 de setembro de 2023, e na votação da PL 1904/2024, em 23 de agosto de 2024. Esse marco temporal foi escolhido devido à relevância dos eventos e à intensa atividade do grupo em resposta a esses significativos acontecimentos. A coleta de dados ocorreu de junho de 2024 até agosto de 2024, durante a qual foram identificadas e agrupadas três frentes principais de análise que serão melhor

---

<sup>6</sup> Segundo Michel Foucault, em "A Arqueologia do Saber", o discurso não se limita à mera transmissão de informações, mas constitui um conjunto de práticas que formam objetos, saberes e sujeitos dentro de um campo específico de poder. Para Foucault, os discursos são regulados por sistemas de exclusão e regras que determinam o que pode ser dito, por quem, e em que contextos, exercendo assim uma função central na construção e manutenção das relações de poder dentro da sociedade.

desenvolvidas abaixo, sendo elas: Exposição e Denúncia Social, Narrativas Eugenistas e Históricas e Mobilização Política e Religiosa.

A Exposição e Denúncia Social abrange postagens que denunciam abortos ilegais e práticas associadas. As Narrativas Eugenistas e Históricas comparam o aborto a eventos de genocídio, como o Holocausto, e exploram a teoria eugenista. Por sua vez, a Mobilização Política e Religiosa inclui postagens que convocam apoio político e manifestações.

As postagens foram selecionadas com base em dois critérios principais: datas chave e relevância de engajamento. As datas chave incluíram postagens feitas durante e após eventos como o julgamento da ADPF 442 e a votação da PL 1904/24. A relevância de engajamento focou nas postagens com maior número de curtidas, comentários e compartilhamentos, refletindo as opiniões mais influentes no grupo.

Foram analisadas 640 postagens de junho a 23 de agosto de 2024, das quais 105 foram selecionadas por combinarem textos e imagens, permitindo uma análise mais aprofundada. A capa do *grupo* é chamativa, apresentando um bebê recém-nascido envolto pela bandeira do Brasil e a inscrição "Brasil sem aborto", simbolizando a visão central do grupo e sua relação com a gestão da reprodução feminina. O conteúdo, predominantemente religioso, inclui convites para missas online e reflexões bíblicas, evidenciando a influência dos valores religiosos.

## 2.1 Exposição e Denúncia Social

A prática de Exposição e Denúncia Social no *grupo* é uma estratégia proeminente que reflete a intensidade de seu compromisso contra o aborto e suas iniciativas para dismantelar o que considera ser “infrações” associadas à prática. Esta abordagem não apenas denuncia páginas que supostamente promovem abortos ou vendem medicamentos abortivos, mas também expõe publicamente as identidades e detalhes pessoais de indivíduos envolvidos, ampliando a dimensão da sua atuação.

O *grupo* frequentemente publica denúncias sobre outros grupos no *Facebook* que supostamente oferecem medicamentos e serviços abortivos, como evidenciado por uma postagem específica, publicada no dia 25 de novembro de 2021, em que se faz um apelo para que seus membros denunciem uma página de comercialização de vitaminas<sup>7</sup>. Os comentários das postagens incluem compartilhamentos de mais dois grupos de *facebook* semelhantes, e uma acusação moral severa contra

---

<sup>7</sup> Optou-se por suprimir o nome da página, a fim de não ocasionar ampliações de buscas.

os envolvidos, comparando-os a “vagabundos que vão apodrecer no inferno”. Esse tipo de comentário ilustra a retórica agressiva e punitiva que permeia as ações do *grupo*.

Ademais, *o grupo* também expõe imagens e informações pessoais de meninas e mulheres que possivelmente realizaram abortos, frequentemente acompanhadas por relatos sensacionalistas e informações pessoais, expondo o link da página de *facebook* delas nas postagens do *grupo*. Além das imagens das meninas e mulheres, um post em especial chamou a atenção, pois notou-se que houve um tipo de acompanhamento deste caso pelo grupo – questão avaliada por meio de outros posts com o mesmo tema e conteúdo. Tratava-se de um aborto realizado por uma menina de 13 anos, após um estupro.

A postagem incluía uma foto da barriga da menina com a frase “morte de bebê com 8 meses de gestação”, esse caso se referia ao acompanhamento de um aborto que inicialmente não tinha sido concedido, mas que por decisão do Tribunal de Justiça, houve a concessão legal<sup>8</sup>. Isso aparentemente gerou revolta aos membros do *grupo*, que comentavam repetidas vezes “mataram o Vinicius Eduardo”<sup>9</sup>. A exposição de dados pessoais e imagens dos envolvidos é uma prática alarmante e problemática, refletindo uma estratégia deliberada para criar um estigma em torno das vítimas e das decisões legais relacionadas ao aborto.

Além de fazerem acompanhamentos ao vivo de decisões referente ao abortamento, *o grupo* não apenas denuncia os supostos infratores, mas também busca criar um clima de medo e vergonha em relação à prática do aborto, reforçando a sua retórica antiabortista através da pressão social e moral.

## 2.2 Narrativas Eugenistas e Históricas

*O Grupo* frequentemente associa o aborto à teoria eugenista, utilizando postagens emocionais e visuais para reforçar essa ligação. Um exemplo é uma publicação de 2 de junho de 2024, que mostra a imagem de um bebê recém-nascido com a palavra "Eugenia" em destaque. O deputado responsável pela publicação afirma que muitos desses bebês são mortos em um processo eugenista – se referindo ao abortamento, alegando que não nascem crianças com síndrome de Down na Dinamarca por isso.

---

<sup>8</sup> Art. 128 - Não se pune o aborto praticado por médico: II - se a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou, quando incapaz, de seu representante legal.

<sup>9</sup> Procuramos ir atrás de que caso se tratava, e achamos uma matéria da Gazeta do Povo (2024) que publicou o seguinte: “Ainda segundo a fonte próxima à família, a garota de 13 anos estava feliz no início da gestação e, além de dar nome ao filho, fez postagens nas redes sociais com imagens da barriga. Nos primeiros relatórios médicos do Hospital Estadual da Mulher (HEMU), ela afirmou que queria a gravidez e, de acordo com reportagem do G1, o pai da criança – um rapaz de 24 anos – disse que assumiria ‘toda a responsabilidade acerca do bebê’”.

Esse discurso sustenta a ideia de que o aborto visa um "melhoramento" da raça humana, induzindo que ele resulta na exclusão de vidas consideradas "indesejadas" ou "imperfeitas".

Outro exemplo significativo foi postado no dia 17 de junho de 2024, onde o impacto visual e emocional é novamente utilizado para vincular o aborto à eugenia. A postagem mostra três imagens em sequência: a primeira, uma pessoa negra, cujas costas estão repletas de marcas de açoite, produzida, segundo a legenda, em 1815; a segunda, típica imagem dos campos de concentração nazistas, de judeus enfileirados, carecas, magros e vestidos com trapos, em 1945; e a terceira, de um feto dentro de um útero, de 2024. Os dizeres escritos em letras garrafais e em negrito afirmam: "Não é uma pessoa".

Essa postagem reforça a ideia de que o aborto seria uma continuação de práticas históricas de eliminação de grupos vulneráveis, fazendo uma relação com o próprio massacre dos judeus ou o que seria uma referência ao período da escravidão colonial. Ao apelar para símbolos fortemente criticados pelo campo progressista - a escravidão e o holocausto - *O Grupo* embaralha referências históricas e aponta o aborto como uma ferramenta de morte em massa.

Retomando acervo com materiais de campo antiabortista, lembramos de algumas matérias e trabalhos científicos que exploram a mesma linha de comparação do aborto com a teoria eugenista. Durante o trabalho de conclusão de curso de uma das autoras deste manuscrito (Oliveira, Martins e Schiocchet, 2024), dois materiais em particular chamaram a atenção. A primeira é uma matéria jornalística da *Gazeta do Povo*, escrita por Dessideri, em 02/02/2021, intitulada "Como as leis do aborto promovem uma eugenia silenciosa".

A matéria discutia a posição do Tribunal Constitucional da Polônia, que, em outubro de 2021, se manifestou contra a interrupção voluntária da gravidez. Isso gerou um intenso debate sobre uma nova interpretação da lei para casos de aborto em fetos com deficiência grave ou irreversível. A reportagem incluía depoimentos de ativistas pró-vida polonesas que viam o aborto como uma forma de eugenia. Elas argumentavam que permitir a interrupção da gravidez por malformações busca eliminar aqueles que não atendem a um ideal de perfeição física e mental, refletindo uma mentalidade eugenista. Essa visão é semelhante à apresentada nas postagens de *O Grupo* e no trabalho de Ferreira (2022), que analisa o aborto não apenas como uma questão de escolha, mas como uma prática ligada ao controle da vida humana.

Ferreira realiza uma análise crítica da legalização do aborto, abordando não apenas implicações jurídicas, mas também questões filosóficas e éticas. A autora argumenta que a defesa incondicional do aborto reflete uma vontade de recriar o mundo conforme os desejos de um "super-homem"<sup>10</sup> ou de qualquer figura que se considere superior, revelando uma intenção eugênica de criar uma raça pura (Ferreira, 2022, p. 18). Esse pensamento ressalta que a legalização do aborto transcende a escolha individual, afetando a essência da vida e a natureza humana. A análise reduz o nascituro a um mero objeto de escolha, desconsiderando sua dignidade intrínseca. Ao associar a discussão do aborto a práticas eugenistas, Ferreira sugere que a busca por uma "raça pura" pode motivar discursos que promovem a legalização sob a justificativa de autonomia e liberdade.

A autora recorre a referências filosóficas e pseudofilosofias, como as de C. S. Lewis e Olavo de Carvalho, para demonstrar como o relativismo moderno pode desvalorizar a vida humana. Ela argumenta que tratar a vida como descartável desumaniza o nascituro e, por extensão, a própria humanidade. Essa perspectiva complementa a análise das postagens *d' O Grupo*, que equiparam o aborto a práticas eugenistas, reforçando a ideia de que essa prática pode estar ligada a uma busca por superioridade social.

### 2.3 Mobilização Política e Religiosa

No *Grupo*, grande parte das postagens está vinculada à mobilização política e religiosa. Os posts frequentemente atacam políticos de esquerda e incentivam o apoio ou votos para senadores e deputados do Partido Liberal (PL), em uma clara tentativa de orientar as escolhas político-partidárias. Essas mobilizações muitas vezes incluem convocações para passeatas ou manifestações contra o aborto, como a Marcha da Família e eventos em apoio à PL 1904/24, acompanhadas por vídeos e imagens desses eventos, reforçando a mensagem de oposição ao aborto.

A questão religiosa é fortemente evidenciada nas postagens, em grande parte associadas ao aborto e a conceitos como o "diabo" e o "comunismo". A fé cristã é apresentada como um ponto central, destacando a ideia de que o "verdadeiro catolicismo" é aquele que se opõe ao aborto, e advertindo que aqueles que discordam dessa visão podem enfrentar a excomunhão.

---

<sup>10</sup> Uma tentativa errônea de referenciar o conceito de "Übermensch" nietzschiano.

Um exemplo significativo é uma imagem publicada em 30 de setembro de 2023, durante a semana do julgamento da ADPF 442. A postagem mostra a barriga de uma mãe, com um braço vermelho se aproximando, com o símbolo do comunismo (foice e martelo). Em contraposição, na imagem há outra mão segurando o braço vermelho, tentando bloquear seringas e tesouras que se aproximam da barriga. A mão que segura o braço tem um prego no pulso, sugerindo a de Jesus Cristo.

As postagens também refletem formas de organização política, especialmente nas convocações para atos e marchas. Um exemplo disso é a chamada para um ato em Porto Alegre no dia 12 de outubro, promovido pela Marcha da Família e organizado pelo Foro Conservador<sup>11</sup> e a Casa do Pensamento<sup>12</sup>.

Em 25 de setembro de 2023, o *grupo* divulgou um chamado para a "Marcha da Família", marcada para 12 de outubro. Nesta postagem, houve um direcionamento para a página d' *O Padre*, uma figura central na discussão moral e política abordada ao final deste texto. Além de promover a passeata, a postagem sugeria uma contribuição financeira via PIX, o que indica, supostamente, o uso de recursos para fortalecer a mobilização.

A conexão entre religião e política se intensifica durante o julgamento da ADPF 442. Em 24 de setembro de 2023, foi compartilhada uma imagem de um feto com a frase "Reze mais, esta semana será decisiva". A resistência à ADPF 442 se tornou mais evidente após o voto favorável da ministra Rosa Weber, que propôs a descriminalização do abortamento até a 12ª semana de gestação, levando, inclusive, a vários membros a produzirem xingamentos contra a r. Ministra.

O grupo utiliza uma retórica crítica contra opositores políticos, associando-os a termos como "Indústria da Morte" e insinuando corrupção, o que visa deslegitimar adversários e fortalecer sua posição antiaborto. Essa estratégia também mobiliza apoiadores com uma narrativa de combate a ameaças percebidas à moralidade e à lei, de modo que a combinação de argumentos religiosos com

---

<sup>11</sup> O Foro Conservador é uma iniciativa que visa servir como contraponto ao Foro de São Paulo e apoiar parlamentares conservadores em nível Federal e Estadual no Brasil. A Marcha da Família/Foro Conservador é um dos principais atos que representa essa corrente conservadora, buscando mobilizar a população cristã em defesa de liberdades e valores tradicionais.

<sup>12</sup> A Casa do Pensamento, localizada em Porto Alegre, promove atividades que incentivam reflexão e debate. Entre essas, destacam-se palestras com especialistas, círculos de leitura, oficinas temáticas, debates sobre questões sociais e culturais, além de exposições de arte de artistas locais.

mobilização política fica evidente, unindo fé e ativismo para influenciar a opinião pública e o processo legislativo.

Assim, a eficácia dessa abordagem se destaca na integração de símbolos religiosos e nacionais à retórica política, utilizando campanhas e críticas para avançar sua agenda antiaborto. Ao mesclar moralidade, religião e política, o grupo não apenas reafirma sua ideologia, mas também busca engajar e galvanizar a opinião pública, ampliando seu impacto no debate social e legislativo.

### **3. ATORES E A FORMAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR CATÓLICA APOSTÓLICA ROMANA**

A análise das postagens em grupos de redes sociais voltados para o movimento antiaborto revela um padrão claro de atuação e influência de diversos atores no cenário político brasileiro. Entre esses, destaca-se a figura d' *O Padre* e d' *O Parlamentar*, cujas atividades e discursos têm relações e interações significativas entre as mobilizações nas redes sociais e no parlamento.

*O Padre* é uma figura central em mobilizações sociais e políticas, com uma presença destacada nas redes sociais. Ele mantém um site próprio onde aborda principalmente temas relacionados ao catolicismo e à perspectiva antiabortista. De acordo com pesquisas feitas sobre materiais da Câmara e do Senado Federal, sua atuação no debate sobre o aborto remonta pelo menos desde 2013, com a sua primeira aparição ao lado do deputado Marco Feliciano (PL), na Câmara dos Deputados. Contudo, foi com o apoio direto ao ex-presidente Jair Messias Bolsonaro se tornou uma figura proeminente. De acordo com as notícias, a respeito d' *O padre*:

[...] ganhou fama na semana passada depois de o presidente Jair Bolsonaro compartilhar um vídeo no Twitter onde o religioso defende o armamento da população (IHU UNISINOS, 2024).

[.] com dois milhões de seguidores na internet, o padre [suprimido] convocou fiéis para uma novena pela natalidade do Brasil (TERRA, 2018).

Segundo a Veja (2021), *O Padre* é um dos principais porta-vozes do conservadorismo católico e teve um papel significativo na eleição de Jair Bolsonaro. Sua notoriedade cresceu com o debate sobre a ADPF 442 e a hashtag #BrasilSemAborto, além da divulgação feita pelo Brasil Paralelo. Embora o grupo analisado seja pequeno, os impulsionamentos aumentam quando sua imagem está associada a cursos, palestras ou vídeos sobre aborto – tendo como principal ator *o padre*. No Facebook *do grupo*, o

único “destaque” em uma página separada da rede social é um vídeo de catequese *do padre*, transmitido em fevereiro de 2024, intitulado "Aborto na França: os frutos da Revolução Francesa".

Ademais, conteúdos produzidos pelo próprio *padre*, incluem relatos sobre o aborto. Um desses conteúdos é a experiência de uma suposta ativista pró-vida que trabalhou na clínica da *Planned Parenthood*, e que “ao ver o feto na tela e observar a dor da paciente, começou a questionar suas crenças sobre o aborto”. Essa experiência fez com que ela tivesse uma profunda reavaliação de suas ações e implicações éticas, resultando na decisão de nunca mais participar de tais práticas. Em outro conteúdo audiovisual, intitulado “Abortos Ocultos”, o ator discute como o anticoncepcional pode transformar o útero em um “túmulo”.

Além deste, outros atores têm desempenhado papéis significativos na promoção do debate sobre o aborto. No *grupo* analisado, identificamos que a segunda figura de maior destaque é a que chamaremos de *O' Parlamentar*. Este também se destaca na pauta antiaborto, com várias postagens e declarações públicas que reforçam suas posições conservadoras. No entanto, ao contrário do *padre*, o *Parlamentar* está ativamente inserido no sistema legislativo brasileiro. Atualmente, ele integra a Comissão de Direitos das Mulheres da Câmara dos Deputados e utiliza seu grande canal midiático para abordar os supostos malefícios do aborto.

A notoriedade do *Parlamentar* foi amplificada pelo fato de ele ser membro de uma entidade cultural de inspiração católica, liderada por leigos e com crescente influência nacional, sendo da mesma organização religiosa pertencente ao *padre*. Ainda, de acordo com a *Gazeta do Povo* (2024), este *Parlamentar* decidiu entrar na disputa eleitoral e se tornar uma voz ativa nos debates públicos sobre temas importantes para os cristãos, motivado principalmente pelos membros e amigos da entidade católica.

Em agosto de 2024, por exemplo, esse ator confrontou diretamente o ministro Roberto Barroso, do STF, sobre a legalização do aborto. O episódio, que ocorreu em um evento no Rio de Janeiro e viralizou por semanas nas redes sociais pró-vida. Em um vídeo publicado e repostado no dia 17 de junho pelo *Grupo*, o *Parlamentar* participou de uma entrevista no canal “O Povo News”, criticou a ideia de que uma criança de 11 anos<sup>13</sup>, vítima de estupro, devesse ser submetida a um aborto, afirmando que o verdadeiro direito é proteger as vítimas e não permitir tais procedimentos.

---

<sup>13</sup> O debate tratava do caso de uma criança de 11 anos, vítima de estupro, que teve o aborto negado pelo Tribunal do Estado de Santa Catarina, em 2022.

O *Parlamentar* também defendeu o Projeto de Lei 1904/24<sup>14</sup>, afirmando que seu objetivo é justamente o oposto do que alegam seus críticos: impedir que mulheres enfrentem o trauma de abortos tardios, após cinco meses de gravidez. O segundo ator repudiou a caracterização do projeto como uma forma de tortura e acusou os defensores do aborto de promoverem uma agenda demagógica feminista, concluindo com um apelo para acabar com o que considera a barbárie contra os bebês.

A centralização de figuras como o *Padre* e outros atores políticos, como o *Parlamentar*, ilustra uma estratégia eficaz para moldar o debate sobre o aborto. Embora isso possa ocorrer inicialmente em pequenas esferas, há um potencial para que essas influências se ampliem para contextos mais amplos, como o próprio parlamento. Esses líderes utilizam suas plataformas para mobilizar apoio e pressionar os legisladores a adotarem posições conservadoras, demonstrando a interconexão entre ativismo social, mídia e ação política.

### 3.1. Quem tem medo de gênero?

A análise dos debates sobre gênero e aborto revelaram uma estratégia que trouxeram os dois atores analisados para dentro do cenário *parlamentar*. Inicialmente, foram analisadas duas sustentações orais da figura do *Padre*, sendo uma no senado federal e outra na câmara dos deputados. A primeira sustentação refere-se ao convite a respeito do conceito de gênero no Senado Federal. Em 2016, a Comissão de Direitos das Mulheres foi marcada por uma série de proposições envolvendo o termo gênero e nessa ocasião, além do *Padre*, foram convidados outros especialistas, como Débora Diniz, representantes da ONU e do CFEMEA para discutir a temática.

Em agosto de 2016, *O Padre*, em uma sustentação no plenário da TV SENADO, afirmou que a introdução do termo "gênero" funcionava como um "vírus" que desviava a agenda de defesa dos direitos das mulheres. Essa metáfora sugere uma tentativa de deslegitimar o conceito, apresentando-o como um agente externo que corrompe a verdadeira defesa dos direitos femininos. A teoria de Foucault sobre o poder nos discursos é pertinente aqui, já que o padre busca moldar a percepção pública do conceito de gênero, redefinindo-o como uma ameaça à família e desafiando noções estabelecidas:

---

<sup>14</sup> A PL 1904/2024 é um projeto de lei que propõe alterar o Código Penal para equiparar o aborto ao homicídio quando realizado após a 22ª semana de gestação.

A palavra 'gênero' parece até mesmo mais polida, mais educada do que 'sexo', porque 'sexo' tem essa conotação de relação sexual, né? Então, parece ser mais educado dizer 'gênero'. No entanto, isso foi um vírus que foi introjetado na agenda da verdadeira defesa dos direitos das mulheres, pela forma como ela foi raptada para fazer outra coisa, que é desconstruir a família natural.

[trecho retirado da sustentação oral do Padre]

O ator argumenta que "gênero" deveria ser sinônimo de "sexo", rejeitando teorias contemporâneas que entendem o gênero como uma construção social distinta do sexo biológico. Ele busca restaurar um entendimento essencialista das diferenças entre homens e mulheres, promovendo uma visão de gênero como uma realidade imutável e biológica, refletindo um controle sobre corpos e identidades. Sua crítica, ao exigir o uso do termo "sexo" em vez de "gênero", revela uma compreensão limitada das categorias, ignorando as distinções teóricas entre os dois conceitos, como apontado por Judith Butler. O gênero não é uma expressão natural do sexo biológico, mas uma construção social performativa. Ao reduzir gênero a sexo, desconsidera-se a complexidade das identidades, sendo este sendo fluido e mutável, ao contrário do que a rigidez do conceito de "sexo" sugere.

Ainda, um dos pontos centrais do discurso do primeiro ator é a associação do conceito de gênero com a teoria marxista. O *padre* descreve a família como o alvo central de uma suposta revolução cultural e sexual, orquestrada por teóricos marxistas e feministas que viam na família a origem de opressões sistêmicas.

[...] para Karl Marx, a origem da família é uma origem opressora, em que o homem se coloca como o proprietário da mulher e dos seus filhos. O pater família romano, que, para Marx, é o suprassumo da opressão, tem poder de vida e de morte sobre a mulher e os filhos. Portanto, a família precisaria ser destruída e desmontada. [...] Até que, na década de 60, 70, as pensadoras marxistas feministas surgiram com uma nova onda de feminismo.

[trecho retirado da sustentação oral do Padre]

A interpretação apresentada pelo *padre* sobre os escritos de Engels e Marx e a concepção sobre família, revela uma análise equivocada e reducionista tanto do marxismo quanto do feminismo. Na obra "A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado", Marx e Engels desenvolvem uma análise histórica e materialista da família, compreendendo que estruturas familiares evoluem em função das condições econômicas e das relações de produção, mas não – e apenas - como uma mera forma de opressão pessoal e direta entre homem e mulher. Os autores não defendem a destruição da família como instituição universal, mas sim uma transformação radical nas relações sociais - incluindo as

familiares - como parte de uma crítica mais ampla ao capitalismo. Portanto, analisa-se como a família burguesa no capitalismo serve para reproduzir desigualdades e perpetuar a propriedade privada, sem, no entanto, sugerir que a abolição da família seja um fim em si mesmo.

Importante retomar que o feminismo marxista surgiu para aprofundar a análise da opressão, argumentando que patriarcado e capitalismo estão interligados. É por isso que a emancipação das mulheres exige uma transformação dessas estruturas, e não apenas a destruição da família. Nancy Fraser, por exemplo, critica o capitalismo, enfatizando que a luta feminista deve ser anticapitalista, pois o sistema não apenas explora, mas também desvaloriza o trabalho reprodutivo e invisibiliza a contribuição das mulheres à economia.<sup>15</sup>

Para Fraser a libertação das mulheres não pode ser separada da reestruturação das esferas de produção e reprodução, e é necessária uma luta conjunta de gênero e classe para superar as opressões que se reforçam mutuamente dentro do capitalismo. Dessa forma, entende-se que o ator não só distorce esses pensamentos como passa a reduzi-lo a uma luta contra a família tradicional, ignorando a análise materialista que examina as condições econômicas e as estruturas de poder

Em segundo objeto de análise, em 2015, o *padre* fez uma sustentação oral na Câmara dos Deputados, que obteve 310 mil visualizações, quando foi convidado pela Comissão de Direitos das Mulheres para discutir o aborto no Brasil. Ele afirma que até a década de 1960, o aborto era amplamente rejeitado e que a mudança foi fruto de uma engenharia social promovida por elites globais, como as fundações Ford e Rockefeller.

Essa ideia de engenharia social é central em seu argumento, sugerindo que os movimentos pró-aborto não surgiram de demandas populares, mas de manipulações externas. Ele retrata as feministas como vítimas de um condicionamento orquestrado por interesses elitistas. O *padre* utiliza dados, como os da pesquisadora Débora Diniz, a fim de demonstrar as altas incidências de abortamento no Brasil e reforçar, através disso, sua visão sobre a insegurança do procedimento.

Olhando para os dados do SUS [...] porque, **graças a deus, os pró-vidas também tem uma atuação muito grande nos hospitais** e chegamos à conclusão que dessas curetagens, cerca de um quarto das curetagens são por aborto provocado e três quartos por aborto natural.[...] É importante a gente

---

<sup>15</sup> O que também não significa reduzir as desigualdades de gênero – e suas inter-relações com o poder – unicamente às estruturas econômicas.

entender isso e entender, me desculpa, doutora Débora, que com 12 semanas, não se trata de um embrião, mas de um feto, e esse feto já possui cabeça, membros, tronco e órgãos desenvolvidos, e não é uma bola de sangue, mas trata-se de um ser humano, com toda a clareza. (grifou-se)

[trecho retirado da sustentação oral do Padre]

A partir dessas considerações, é crucial refletir sobre o papel histórico do catolicismo como pilar da autoridade monárquica, consolidando uma relação estreita entre o poder espiritual e o temporal. Ao longo dos séculos, a Igreja Católica legitimou governantes e contribuiu para a manutenção da ordem hierárquica no sistema monárquico. No entanto, com a modernidade e o fortalecimento da burguesia, esse modelo começou a ser desafiado. A burguesia, ao advogar pelo liberalismo, individualismo e capitalismo, desestabilizou a ordem monárquica e clerical, promovendo uma nova elite econômica e política.

É possível que, por essa razão, o discurso do padre, ao criticar as elites globais e defender valores tradicionais, ressoe o histórico embate entre a Igreja e a burguesia. Esses discursos acusam as elites contemporâneas de ameaçar a moralidade e as estruturas tradicionais, ignorando o papel central da Igreja na história. Nesse contexto, a retórica antiaborto desse ator reflete uma defesa da ordem tradicional, que inclui a rejeição das transformações nos papéis de gênero e na autonomia feminina. A oposição ao aborto está intimamente ligada à preservação de uma visão patriarcal, onde o controle sobre o corpo feminino se alinha à moralidade defendida pela religião.

### **3.2 Suportaria ficar mais um pouquinho?**

A última discussão analisada refere-se ao debate envolvendo o segundo ator, o *Parlamentar*, ocorrido durante uma Reunião Deliberativa Extraordinária na Câmara dos Deputados, em 6 de julho de 2022. O foco da reunião foi a proposta de uma moção de aplausos apresentada pelo *Parlamentar*, em reconhecimento ao(a) juiz(a) e ao(a) promotor(a) envolvidos em um caso de 2022. O caso, que ganhou grande repercussão, tratava da negativa de concessão de aborto legal a uma menina de 11 anos, vítima de estupro, no estado de Santa Catarina. A razão por trás da homenagem era o suposto esforço das duas autoridades em defender o direito à vida, que negou acesso ao abortamento no caso de uma criança de 11 anos que engravidou após um estupro e buscou a interrupção da gestação.

O evento, marcado por mais de duas mil visualizações. O *Parlamentar* defendeu a moção com o argumento de que o(a) juiz(a) e o(a) promotor(a) teriam agido em consonância com os direitos do

nascituro e contra o que chamou de “manipulação midiática”. Ele se posicionou a favor da moção, reiterando que não haveria elementos legais que justificassem a interrupção da gestação, considerando o relacionamento entre duas crianças (13 anos e 10 anos) — algo que, segundo sua interpretação, implicaria na chamada exceção Romeu e Julieta<sup>16</sup>. Sua fala também insiste na perseguição ideológica contra o(a) juiz(a) e o (a) promotor(a), apelando para a defesa do nascituro e acusando a oposição de promover a “cultura da morte”.

A juíza agiu conforme o estabelecido juridicamente, porque ela tinha acesso ao que estava em segredo de justiça, e que depois foi vazado de forma criminosa. Outra coisa que deveria ser apurada é como o The Intercept, o portal Catarinas e outros canais vazaram essas informações. [...] O(a) juiz(a) e (o)a promotor(a) agiram dentro de suas funções, então sim, a homenagem e os aplausos a elas são justos.

[trecho retirado da sustentação oral do Parlamentar]

O discurso do *Parlamentar*, em sua defesa ferrenha dos direitos do nascituro e em sua crítica à interrupção da gestação, ecoa amplamente os discursos de figuras religiosas conservadoras, apresentando características similares aquelas como as do *Padre*. Esse tipo de argumentação resgata uma visão que desconsidera as nuances e exceções legais sobre o aborto, insistindo em uma perspectiva que coloca o feto como um sujeito de direitos plenos, em detrimento da autonomia da mulher ou, neste caso, da criança vítima de estupro.

A inserção do parlamentar no sistema legislativo, especialmente em questões como o aborto, transcende sua função como mobilizador nas redes sociais ou influenciador. Ele atua ativamente na formulação de políticas públicas e no direcionamento do debate sobre temas sensíveis, utilizando seu poder institucional para promover uma visão marcada por influências religiosas e conservadoras. Ao analisar sob a perspectiva do discurso e poder, fica claro como esse parlamentar usa o poder legislativo para perpetuar discursos que reforçam o controle sobre os corpos e subjetividades femininas.

A moção de aplausos, nesse contexto, não é apenas um gesto simbólico. Ela representa uma forma de validar e institucionalizar um conjunto de valores que criminaliza o aborto, mesmo em situações em que ele é legalmente permitido, como em casos de estupro. O *parlamentar*, portanto, não

---

<sup>16</sup> Trata-se de uma tese defensiva segundo a qual se o agente praticasse sexo consensual (conjunção carnal ou ato libidinoso) com uma pessoa menor de 14 anos, não deveria ser condenado se a diferença entre o agente e a vítima não fosse superior a 5 anos.

se limita a influenciar debates nas redes sociais, mas atua diretamente no sistema legislativo para fortalecer uma visão de mundo que usa o discurso para exercer poder sobre a vida das pessoas.

#### 4. CONCLUSÃO

A análise das campanhas antiaborto nas redes sociais brasileiras, especialmente através d' *Grupo*, revela uma dinâmica de poder que se alinha com as reflexões de Foucault sobre discurso e biopolítica. Nota-se que discurso, neste caso, não é apenas um meio de comunicação, mas um mecanismo que constrói e regula o conhecimento e o poder dentro de um contexto social, que no caso é gerido pelo acesso a um direito reprodutivo e sexual. Neste sentido, a organização dos atores nas redes sociais não é um fenômeno isolado, mas sim uma estratégia deliberada que visa moldar a percepção pública e que pode, em determinadas medidas, influenciar a legislação.

Os discursos nas plataformas digitais frequentemente reverberam nas esferas legislativas, mostrando uma interdependência clara entre essas arenas. Ao se articular nas redes sociais, os atores políticos mobilizam apoio e legitimam suas posições, criando uma retórica que se repete e se reforça no parlamento. Esse ciclo de discursos evidencia como as redes sociais servem de espaço para preparar e fortalecer agendas políticas que, posteriormente, ganham destaque no debate legislativo. A atuação dos grupos conservadores contra a descriminalização do aborto exemplifica uma estratégia comunicativa que ultrapassa as redes sociais e infiltra-se nas instituições políticas.

Percebe-se, ainda, que esses discursos não apenas visam regular práticas sociais, mas também exercer controle sobre os corpos e subjetividades femininas, impondo uma visão moral que limita a autonomia das mulheres. Assim, a interseção entre redes sociais e atuação legislativa revela a complexidade do cenário político atual e destaca a necessidade de um olhar crítico sobre as narrativas que influenciam as políticas públicas e os direitos individuais, especialmente no que se refere à autonomia e ao controle sobre os corpos femininos.

#### REFERÊNCIAS

Butler, Judith. *Quem tem medo do gênero?* São Paulo: Editora Autêntica, 2024.

Couldry, Nick; Hepp, Andreas. *A construção mediada da realidade*. Tradução: Luzia Araújo. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2020.

Dean, Jodi. *Capitalismo comunicativo e luta de classes*. Tradução de Milena Durante. Revisão de Cristina Ribas. *Lugar Comum*, Rio de Janeiro, n. 61, p. 116, set. 2021.

Engels, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Tradução de Leandro Konder. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

Ferreira, Monique S. S. *A legalização do aborto como desconstrução do ser: um estudo jusfilosófico sobre a vida*. Trabalho de conclusão de curso. Biblioteca Campus Mossoró, 2022.

Fonseca, Bruno. *Políticos pagam campanha antiaborto no Facebook e Instagram às vésperas de decisão no STF*. Agência Pública, 21 set. 2023. Disponível em:

<<https://apublica.org/2023/09/politicos-pagam-campanha-contraborto-no-facebook-e-instagram-as-vesperas-de-decisao-no-stf/>>. Acesso em: 09/09/2024.

Foucault, Michel. *Arqueologia do Saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

Fraser, Nancy. *Fortunes of feminism: from state-managed capitalism to neoliberal crisis*. Brooklyn, New York: Verso Books, 2013.

Intercept. *Vídeo mostra juíza de SC questionando menina de 11 anos vítima de estupro sobre aborto*, 2022. Disponível em: <<https://catarininas.info/video-em-audiencia-juiza-de-sc-induz-menina-de-11-anos-gravida-apos-estupro-a-desistir-de-aborto/>>. Acesso em: 07 de set de 2024

Lafargue, Paul. *O Direito à Preguiça*. 1880.

Miskolci, Richard. *Batalhas Morais: Política Identitária na Esfera Pública Técnico-Mediatizada*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2021.

Oliveira, Giovanna G. M; Martins, Dilermando; Schiocchet, Taysa. *Além das fronteiras: explorando perspectivas legais e de saúde sobre o aborto*. In: SCHIOCCHET, Taysa; Castilho, Natalia M. (Org.). *Justiça reprodutiva*. Rio de Janeiro: Grupo Multifoco, 2024.

Pasquale, Frank. *A Esfera Pública Automatizada*. n. 39, 2017.

Thompson, John B. *The media and modernity: a social theory of the media*. Cambridge: Polity, 1995.

**DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA:** Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

**FINANCIAMENTO:** O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES)

**CONTRIBUIÇÃO DAS/DOS AUTORES/AS:** Lara Facioli foi responsável pela conceitualização, estabelecendo objetivos e metas, e pela supervisão, garantindo a integração das partes da pesquisa. Giovanna Oliveira desenvolveu a metodologia, realizou a coleta de dados e a validação dos resultados, aplicando técnicas analíticas para interpretar os discursos. Ela também gerenciou os recursos necessários, organizou os dados, além de redigir o rascunho inicial do trabalho e sua versão final. Facioli revisou criticamente o texto, assegurando a coesão entre as seções teóricas e empíricas, enquanto Oliveira coordenou as atividades do projeto e buscou apoio financeiro para sua realização.

**DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE:** As autoras declaram que não há conflito de interesses a mencionar.

**MINIBIOGRAFIAS DOS/DAS AUTORAS DO PAPER:** Lara Roberta Rodrigues Facioli é professora adjunta do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), localizada em Curitiba. Ela atua no Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Giovanna Gabriela Moreira de Oliveira é Mestranda em Sociologia na Universidade Federal do Paraná (UFPR), integrante da Clínica de Direitos Humanos da UFPR e membro do Núcleo de Estudos de Gênero (NEG-UFPR).

This preprint was submitted under the following conditions:

- The authors declare that they are aware that they are solely responsible for the content of the preprint and that the deposit in SciELO Preprints does not mean any commitment on the part of SciELO, except its preservation and dissemination.
- The authors declare that the necessary Terms of Free and Informed Consent of participants or patients in the research were obtained and are described in the manuscript, when applicable.
- The authors declare that the preparation of the manuscript followed the ethical norms of scientific communication.
- The authors declare that the data, applications, and other content underlying the manuscript are referenced.
- The deposited manuscript is in PDF format.
- The authors declare that the research that originated the manuscript followed good ethical practices and that the necessary approvals from research ethics committees, when applicable, are described in the manuscript.
- The authors declare that once a manuscript is posted on the SciELO Preprints server, it can only be taken down on request to the SciELO Preprints server Editorial Secretariat, who will post a retraction notice in its place.
- The authors agree that the approved manuscript will be made available under a [Creative Commons CC-BY](#) license.
- The submitting author declares that the contributions of all authors and conflict of interest statement are included explicitly and in specific sections of the manuscript.
- The authors declare that the manuscript was not deposited and/or previously made available on another preprint server or published by a journal.
- If the manuscript is being reviewed or being prepared for publishing but not yet published by a journal, the authors declare that they have received authorization from the journal to make this deposit.
- The submitting author declares that all authors of the manuscript agree with the submission to SciELO Preprints.